

Patrimônio Cultural e espaços sociais

Organizadores

*Vandeir José da Silva
Giselda Shirley da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães*



CIDEHUS

Centro Interdisciplinar
de História, Cultura e
da Universidade de Évora

8.000.000.10000

FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Patrimônio Cultural e espaços sociais



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

CIDEHUS

Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
da Universidade de Évora

(UIDB/00057/2020)

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro
Doutorando.Vandeir José da Silva (Universidade de Évora)
Diretor Editorial

Doutoranda. Giselda Shirley da Silva (Universidade de Évora)
Assessora

CONSELHO EDITORIAL

Dra Antónia Fialho Conde – CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

Dra Olga Magalhães –CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

MSc. Vandeir José da Silva – CIDEHUS - UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

MSc. Giselda Shirley da Silva – CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib– UFU

Dr. Leonardo Barci Castriota – UFMG

Dra Maria Célia da Silva Gonçalves – FINOM

Dra. Margareth Vetis Zaganelli – UFES

Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC Goiás.

Dr. José Maria Baldino - PUC Goiás.

Dr. Francisco José Pinheiro- UFC

Dra Alexandra Maria Pereira - FCJP

Dr. Mauro Dillman Tavares - UFPEL

Vandeir José da Silva
Giselda Shirley da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães
Organizadores

Patrimônio Cultural e espaços sociais

1ª edição

João Pinheiro – Minas Gerais
Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro
- 2020 -

Copyright © 2020 by Vandeir José da Silva e Giselda Shirley da Silva, Antónia Fialho Conde, Olga Magalhães

Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro

Rua: Juca Niquinho N° 220-Centro
João Pinheiro – Minas Gerais – Brasil CEP: 38770-000
Telefone: (38) 3561 5437 - culturajoaopinheiro@hotmail.com

Capa: Márcio Gomes da Silva

Catálogo da Publicação na Fonte.
Secretaria de cultura, turismo

Patrimônio Cultural e espaços sociais/ Organizadores Vandeir José da Silva, Giselda Shirley da Silva, Antónia Fialho Conde & Olga Magalhães – 1. Ed. – João Pinheiro: Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2020

205 p.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-85-65227-03-2

Parte I, Patrimônio, Educação Patrimonial. **Parte II**, Patrimônio cultural- legislação. **Parte III** Patrimônio Cultural e Turismo. Silva, Vandeir José da (Org.). II Silva, Giselda Shirley da, (Org.), III Conde, Antónia Fialho, (Org.), IV Magalhães, Olga (Org.)

Os textos publicados nesta obra e sua revisão são de responsabilidade de seus autores

Bibliotecária: Marina Batista Ferreira Leite CRB6 -729

DIREITOS RESERVADOS

A reprodução total ou parcial desta obra é proibida por qualquer meio, sem que haja autorização de seus autores.

A transgressão dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime instituído através do artigo 184 do Código Penal.

e-book

2020

Sumário

Prefácio 5

Apresentação 5

Parte I

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E CULTURA: Fios que Tecem as Diferentes Narrativas

Capítulo 1

MUSEUS: espaços de preservação da memória e divulgação do patrimônio cultural . 9

Vandeir José da Silva

Antónia Fialho Conde

Olga Magalhães

Capítulo 2

“Dia de Folia”: A experiência da Educação Patrimonial em João Pinheiro/MG 35

Júlia Gontijo Braga

Anielle Kelly Vilela Freitas

Leonardo BarciCastriota

Capítulo 3

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E EDUCACIONAL DE PORTO

NACIONAL: espaço sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades 51

César Evangelista Fernandes Bressanin

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Capítulo 4

AS FESTAS NA UMBANDA: A valorização patrimonial da religiosidade afro-

brasileira no triângulo mineiro: experiências e vivências..... 69

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Parte II

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Formas de Assistência

Capítulo 5

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO

PATRIMÔNIO CULTURAL: Um estudo em João Pinheiro - MG 102

Giselda Shirley da Silva

Antónia Fialho Conde

Olga Magalhães

Capítulo 6	
INSTITUTO JURÍDICO DE TOMBAMENTO: um pequeno debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil	128
<i>Higor Felipe Silva</i>	
<i>Maria Célia da Silva Gonçalves</i>	

Capítulo 7	
CULTURA E DIREITO: os instrumentos administrativos para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro	143
<i>Adrielly Pinto dos Reis</i>	
<i>Bruna Velloso Parente</i>	
<i>Margareth Vetis Zaganelli</i>	

PARTE III
PATRIMÔNIO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Imagem e Sociedade

Capítulo 8	
AS JANELAS DE PARACATU: olhares descortinando o tempo	160
<i>Jacirema das Neves Pompeu Martins</i>	

Capítulo 9	
PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO: tipologia de eventos culturais realizados em Portugal de 2015 a 2016.....	178
<i>Marta Sofia Baião Heliodoro</i>	

Capítulo 10	
RESTAURO DA ESCULTURA REPRESENTANDO SANTO ANTÔNIO (BERILO/MG): descobre-se uma rica decoração policromada.....	193
<i>Maria Eduarda Mól Avelar</i>	

SOBRE OS AUTORES.....	202
------------------------------	------------

Capítulo 1

MUSEUS: espaços de preservação da memória e divulgação do patrimônio cultural

*Vandeir José da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães*

Introdução

O fazer da História é sempre um desafio, por isso, acreditamos que nesse fazer há sempre uma concepção de conhecimento que nos impulsiona a pensar nos caminhos aos quais nos lançamos a partir da escolha de nossos temas. Acreditamos como Hunt que:

À medida que os historiadores aprendem a analisar as representações de seus universos a partir de seus temas, inevitavelmente começam a refletir sobre a natureza de seus próprios esforços para representar a história: afinal, a prática da história é um processo de criação de texto e de “ver”, ou seja, de dar forma aos temas (HUNT, 1992, p. 27).

Procuramos apresentar, nesta pesquisa de terreno, reflexões sobre museus enquanto espaços de preservação da memória e patrimônio cultural, concordando com Santos, ao reconhecer o patrimônio cultural como:

Um instrumento de educação e desenvolvimento social. Portanto, as questões relativas à democratização do conhecimento e ao papel social do museu estão intrinsecamente relacionadas com a nossa postura diante do mundo, como pesquisadores e educadores, e ao reconhecimento da história como possibilidade, e não como determinação (SANTOS, 2000, p. 48).

Na delimitação da pesquisa, recorreremos ao arcabouço teórico construído por meio das experiências e relações teóricas entre história, memória, patrimônio cultural e educação em museus, analisando esses conceitos enquanto espaços de preservação da memória e

interfaces com o patrimônio cultural. Nesse sentido, partimos da concepção de instituições museológicas como locais de divulgação da história de um povo numa dada geografia, e entendemos que estes sejam também territórios de edificação que assumem, com o tempo, uma função pedagógica.

O objetivo deste estudo é apresentar os museus municipais como organismos de preservação do patrimônio cultural e espaços educativos, sendo nosso objeto privilegiado o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, na cidade de Paracatu – MG, localizado no Noroeste² de Minas Gerais. Objetivamos também refletir sobre seu papel na preservação dos bens móveis, procurando entender o modo de preservação do patrimônio cultural na região estudada.

Realizamos um levantamento sobre o conceito de museu e sua finalidade, procurando estabelecer conexões a partir de documentos e entrevistas orais com pessoas que estão envolvidas no processo de educação patrimonial no referido museu. A partir desse levantamento, pode-se levantar dados relativos à história da instituição, forma como foi criada e funcionamento, e os métodos de trabalhos aplicados neste espaço. Procuramos ainda compreender se estas instituições, mais detidamente o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, de Paracatu, trabalham com ênfase em “lugares de memória”, de guarda, preservação e divulgação dos bens móveis, anunciando a história e o patrimônio cultural.

A procura do alargamento da compreensão do que seja museu, alinhamos nossos pensamentos com a proposta do ICOM³, que definia na 20ª Assembleia Geral no ano de 2001, em Barcelona (Espanha), que museus são instituições permanentes, que não devem obter fins lucrativos, mas estar a serviço da sociedade, permitindo seu desenvolvimento. São consideradas também como finalidades das instituições museológicas a abertura a públicos diversos, seja para visita de lazer ou para pesquisa científica. Neste mesmo entendimento, a Lei Federal de nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, determinou:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem,

² O Noroeste mineiro é composto de 19 municípios divididos em duas microrregiões: microrregião de Paracatu, e microrregião de Unai. A região compreende características peculiares que influenciam seu funcionamento. O tamanho e o vazio demográfico chamam a atenção, ele ocupa uma área de 60.906,30 km², o que equivale a 10,38% de área total de Minas Gerais, e contém apenas 1,60% da população do estado. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf>>. Acessado em 20 de outubro 2019.

³ Conselho Internacional de Museus. Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=4>. Acessado em 04 de outubro de 2019.

para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Esse aparato legal institui o estatuto dos museus no Brasil, destacando suas finalidades principais, sendo o Art. 2º determinante dos princípios fundamentais:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Observamos nos princípios fundamentais apresentados acima a preocupação de instituir bases legais mais amplas na preocupação de abarcar um âmbito maior de questões, mas todas canalizadas e plenas de sensibilidades como reflexos da preocupação com o fazer humano. Compreendemos que estes são desafios a serem enfrentados, sendo necessário que a sociedade compartilhe e queira fazer parte do cumprimento deste conjunto dos seis subitens listados.

Ao refletir sobre os museus, muitas inquietações tornam-se eixos norteadores da pesquisa, sendo elas: qual a importância dos museus municipais como locais de preservação da memória e como espaços educativos em Minas Gerais, no recorte geográfico específico de Paracatu? Que finalidade possui o museu como espaço educativo? Que função desempenha esse museu em relação à história e à educação, como veículo de preservação e divulgação da memória da história local e regional? De que maneira podemos reconhecer o museu como local de tradição e significação para a sociedade local e regional no processo de educação? Qual o papel desenvolvido pelo museu em relação à preservação/divulgação dos bens culturais do município inserido no estudo?

Justificamos a relevância da pesquisa pela necessidade de se pensar sobre o patrimônio cultural e relacioná-lo aos valores ligados à identidade de grupos sociais e sua história. Por isso, elencamos o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa como espaço educativo, de proteção e divulgação do patrimônio, sendo também um lugar de memória, na perspectiva apresentada por Nora (1993). Dessa forma, reflexões acerca de contextos locais e regionais são relevantes, pois possibilitam conhecer aspectos da trajetória dos diferentes povos que fazem parte dessa grande nação e, nesse sentido, voltamos nossa atenção a Minas Gerais, para refletir sobre a identidade cultural mineira, que é, ao

mesmo tempo, singular e plural. Ainda nesse sentido, Pierre Nora (1993) reconhece serem estes locais ambientes de sentidos material, simbólico e funcional, o que os torna abrigo de objetos materiais, lugares de memória, espaços de educar.

Analisando os museus enquanto lugar de memória, compreendemos que estes devem ser pensados também como demarcadores e definidores de sentido, o que nos leva a interrogar se o museu se constitui como lugar de memória, ou como memória de um lugar. Acreditamos que seja os dois ao mesmo tempo, dada uma dimensão interpretativa, o que nos remete à imaginação de um ambiente e ao conjunto do que compõe o lugar praticado, como bem escreveu Certau (2007), pois esta instituição atrativa, composta de objetos variados, é constantemente visitada, levando os “praticadores/visitantes” a expressarem emoções de nostalgia, alegria, tristeza ou curiosidade.

Ao refletirmos sobre os museus como locais de preservação da memória e história da nação, em sua diversidade e especificidades, levamos em consideração a relação indissociável entre o surgimento e fortalecimento das instituições museológicas e as medidas de cuidado e proteção do patrimônio, desde o fim do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa.

Este estudo foi realizado no viés qualitativo, com pesquisa documental, bibliográfica, e pesquisa de terreno com entrevista oral. Na tessitura do texto, procuramos alinhar documentos do acervo do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, em Paracatu, sendo eles decretos e lei de criação do Museu, assim como relatórios e fichas de alunos do ensino básico ao superior.

Para as entrevistas, atentamo-nos à delimitação cuidadosa (MAGALHÃES, 2002), atendo-nos às informações relacionadas ao estudo. Para isso, elaboramos um questionário semiestruturado com seis questões abertas e o aplicamos, obedecendo a três critérios: primeiro, funcionários que trabalham no museu; segundo, professores de História que trabalham no curso e tenham desenvolvido trabalho de visita guiada nesta instituição; terceiro, uma pessoa que tenha participado do início do processo de organização do museu e tenha ajudado com a disposição dos objetos nas salas.

Estruturamos neste capítulo quatro eixos: inicialmente, procuramos definir museus e patrimônio cultural; em um segundo momento, apresentamos o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, localizado na cidade de Paracatu – MG; em terceiro, analisamos relatórios de visitas guiadas ao referido museu; finalmente, trazemos gráficos que apresentam resultados entre os anos de 2013 à 2018, analisando o museu como espaço educativo escolar.

Museus e Patrimônio Cultural

O termo patrimônio possui origem jurídica e relaciona-se à propriedade e à herança transmitida. No tocante ao patrimônio cultural, o conceito engloba os bens culturais que são caros à comunidade e que devem ser repassados às futuras gerações. O uso do termo para indicar o conjunto de bens culturais que devem ser preservados resulta de uma série de transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental, intensificado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX.

No Brasil, o conceito de patrimônio histórico e cultural teve que ser (re)pensando de modo a contemplar a diversidade cultural brasileira. Inicialmente, estava mais ligada a patrimônio material e às instituições voltadas para a identificação e proteção dos bens destacados por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística, não contemplando a citada diversidade. Nesse sentido, destacamos a Constituição de 1988, que trouxe importantes contribuições em relação à definição do patrimônio, sendo considerada um marco para a modernização da política de preservação dos bens culturais. O texto constitucional brasileiro, no seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio e delegou à União, estados, municípios e sociedade a responsabilidade por sua preservação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Analisando o texto, observamos a sua abrangência, a entrada de novos atores sociais e a importância dos diferentes segmentos na proteção e divulgação do patrimônio cultural. Entretanto, segundo Porta (2012), nosso maior desafio em relação à política de preservação do patrimônio é incitar e fortalecer esse interesse, promovendo a relevância do patrimônio cultural e a efetivação de seu potencial. Nesse sentido, observamos o entrelaçar entre patrimônio e museus estando intimamente ligados à cultura, sendo esta fundamental na constituição da identidade. A Declaração do México, documento resultante da Conferência lá realizada, em 1985, chama a atenção para pensarmos na diversificação cultural e sua

importância na formação da sociedade, sendo que os resultados das discussões ocorridas nesse evento de cunho internacional apontam que:

A cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que nos faz especificamente humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos. Através dela, discernimos valores e efetuamos opções. Através dela, o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que transcendem (Declaração do México, 1985).

Nesse contexto, pensamos na função social dos museus, instigando-nos a refletir sobre o aspecto educativo nele desenvolvido. De acordo com Fronza-Martins (2017), no que se refere à educação, os museus têm sido alvo de interesse, tanto em relação ao seu papel social, quanto às práticas nele realizadas e possibilidades de análise.

Sendo assim, a instituição museológica é dotada de interesse, concentrando em seu acervo organização e cuidado, procurando desenvolver em sua promoção a divulgação, na busca por atender seu público e com intenção de repassar conhecimentos através de ações educativas.

Museus: breves reflexões históricas

Levando em consideração que museus são lugares constituídos de elementos da memória, incrustados na tradição, são eles, também, ligados aos costumes de dada sociedade, que os repassa de geração em geração. Tradição aqui é entendida conforme definiu Castriota:

A tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa do que poderia parecer à primeira vista: se as tradições são permanências do passado, elas existem no presente, onde desempenham normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos do presente (CASTRIOTA, 2014, p. 3).

Analisando museus enquanto lugar de memória, compreendemos que estes devem ser pensados também como demarcadores e definidores de significado. Neste sentido, a reflexão sobre museus nos impele a pensar na sua constituição e história. O termo *museum* vem da palavra latina *museum*, que, por sua vez, é originária do grego *mouseion*. Na conotação atual, surgiu na Idade Moderna, com a finalidade de proteção aos bens culturais importantes e constituição da identidade nacional e cultural.

Nos séculos XIX e XX, surgiram muitos museus, que se tornaram espaços onde se conservariam e exporiam acervos históricos valiosos e obras de arte. De acordo com Nora

(1986), a criação de museus, a partir do século XVIII, tem uma vocação pedagógica, pois deve possuir uma dimensão de envolvimento da comunidade local cujo papel, deve facilitar a compreensão de seus frequentadores, fazendo com que estes se vejam no processo histórico. Desse modo, o museu torna-se um mecanismo de envolvimento cognitivo pedagógico permitindo com que seus visitantes se reconheçam e estabeleçam conexão com os bens culturais expostos. Esses museus, em sua grande maioria, eram instalados em edificações históricas, como por exemplo o Museu do Louvre, em Paris, e o Museu do Prado, em Madri, locais, ao mesmo tempo, de rara beleza arquitetônica e exposição de acervos valiosos.

A ampliação do número de museus e a concretização do conceito de patrimônio caminham bem próximas na difícil tarefa de construção/reconstrução das identidades nacionais, que proporcionam representações do passado, num cenário de instabilidade social e política, e muitas vezes, distanciamento dos vínculos com a tradição e cultura.

Com o tempo, estes organismos foram passando por transformações e diversificações, sendo também criados museus com acervos e objetivos diferentes, levando em consideração a diversidade e complexidade da sociedade. Entre esses, podemos citar os museus etnográficos, tal como o Museu Nacional da Etnologia⁴ e Museu da Arte Popular em Lisboa, com um vasto acervo que contempla exposições permanentes e temporárias. No Brasil, citamos, como exemplo, o Museu da Língua Portuguesa⁵ e o Museu da Pessoa, ambos em São Paulo, sendo este último virtual e colaborativo, com um acervo de mais de 19.000 entrevistas, apresentando diferentes vozes da população brasileira.

Há de se considerar que a criação de museus no Brasil remete-nos ao período colonial, momento em que, segundo Neves (1995), a cidade do Rio de Janeiro se destacou como principal porto do período. Nesse sentido, o deslocamento da família real para essa localidade trouxe marcos significativos, como a transferência da capital, o que segundo

⁴ Organizado em um viés antropológico, possui 42.000 objetos, relaciona-se com 380 culturas, 80 países, 5 continentes. Como parte do seu diversificado acervo estão “Galerias da Amazônia, onde desde 2006 o público pode tomar contacto com todos os objectos provenientes de um amplo conjunto de povos da Amazônia brasileira. É aí que se encontra uma das últimas recolhas de objectos conduzida em contexto de investigação entre os Índios Wauja, do Xingu”. Disponível em: <<https://mnetnologia.wordpress.com>>. Acessado em 10 de abril de 2019.

⁵ O Museu da Língua Portuguesa foi criado em 2006, objetivando “valorizar a diversidade da língua portuguesa, celebrá-la como elemento fundamental e fundador da cultura e aproximá-la dos falantes do idioma em todo o mundo”. Foi instalado na Estação da Luz em São Paulo, sendo uma iniciativa do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Em 2015, foi atingido por um incêndio, mas está sendo reconstruído. Disponível em: <<https://museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acessado em 10 de abril de 2019.

Dantas (2013), fez com que o Império Luso-Brasileiro, desde então, passasse a receber pessoas de todas as partes do Brasil, ambiciosos em estabelecer comunicação com a corte.

Ressaltamos ainda, o trânsito de viajantes estrangeiros que desempenharam importante papel como naturalistas, comerciantes e artistas. A exemplo de viajantes, citamos Spix e Martius, Auguste de Saint-Hilaire e Jhon Emanuel Paul, sendo estes importantes exploradores que contribuíram para o conhecimento da fauna, flora e mineralogia, o que trouxe contribuições para os primeiros museus brasileiros e estrangeiros – entre eles Pohl, que levou amostras para o museu de Viena na Áustria (POHL, 1976).

Outro personagem importante para a criação do Museu Nacional foi D. Carolina Josepha Leopoldina. A imperatriz que casou com D. Pedro I teve um papel relevante na criação da instituição que recebeu inicialmente, nos idos de 1818, o nome de Museu Real. Em relação a essas questões, Pohl informa que a princesa possuía uma forte afinidade pelas ciências naturais.

Como podemos perceber, no início do século XIX, aconteceu a criação das primeiras instituições museológicas no Brasil, sob a égide da coroa portuguesa e influenciada pela mudança da família Real para o Brasil em 1808. Desse modo, segundo Sily (2012), D. João VI, em 1818, criou o Museu Real no Rio de Janeiro, mudando sua nomenclatura no governo de D. Pedro I para Museu Nacional. Também constituem marcos importantes a criação do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1871, Belém do Pará, e mais tarde do Museu Paulista em São Paulo, conhecido também como Museu do Ipiranga, em 1894. Na segunda metade do século XIX, tanto o museu paraense Emílio Goeldi (1871), em Belém do Pará, quanto o Museu Paulista, na cidade de São Paulo, estabeleceram-se como instituições dedicadas aos estudos científicos dessa área.

Considerando a relevância dos museus como espaços de preservação da memória e importantes na construção da identidade nacional, em 1922, por ocasião da comemoração do 1º centenário da Independência do Brasil, foi criado, o Museu Histórico Nacional (MNH), no Rio de Janeiro, sob a direção de Gustavo Barroso⁶. Esse museu, atendendo ao momento comemorativo, objetivou viabilizar reflexões acerca da História do Brasil, sendo também um espaço educativo. Seu modelo influenciou a criação de diversos outros museus no Brasil, que têm como finalidade a proteção do nosso patrimônio, com guarda e exposição de acervos cada vez mais amplos.

⁶Este museu contaria, em exposição permanente, com rico acervo da História do Brasil, entre eles o trono imperial de D. Pedro II; os quadros, óleo sobre tela, representando a imagem D. Pedro I, de autoria do pintor, Manoel de Araújo Porto-Alegre (1826), e a Batalha do Riachuelo, de Eduardo de Martino.

O papel dos museus no que tange à preservação da memória e história nacional foi e continua a ser muito importante, pois competia-lhes a função de cuidar do patrimônio histórico-cultural e preservá-lo, por meio da guarda e exposição dos objetos considerados de valor para a história nacional. Ao longo do tempo, foram desempenhando o papel de guarda e proteção dos bens móveis, criando, medidas protetivas e de acréscimo do seu acervo, sendo fundamental na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Segundo D’Aléssio (2012, p. 87) “a mentalidade preservacionista ganhou impulso no Brasil a partir da década de 1930”. Durante o governo de Getúlio Vargas, conforme mencionou Moisés (1998), aconteceram importantes iniciativas de criação e consolidação dos principais museus no Brasil e de preservação do patrimônio histórico nacional. A base legal de proteção do patrimônio histórico e cultural iniciou-se na gestão desse presidente, sendo os pontos fortes a criação do SPHAN⁷ e o Decreto-Lei 25/1937, que regulamentou a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Esse decreto, em seu capítulo V, trata das disposições gerais. No artigo 24, atribuiu à União papel fundamental no fomento, proteção e conservação dos bens culturais sob a guarda dos museus, tanto em relação à manutenção dos já existentes, quanto ao favorecimento para criação de instituições museais nos estados e municípios:

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros Museus Nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares (BRASIL, 1937).

Tendo em vista as determinações do decreto de 1937, foi criado pelo SPHAN, em Minas Gerais, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu do Ouro, em Sabará, visando a preservar os bens culturais e evitar o extravio de obras de arte do período colonial.

A partir dos anos 2000, houve um fortalecimento dos museus e da preservação do patrimônio, sendo criado, em 2004, o Departamento dos Museus e, em 2009, o IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei 11.906/09. Entre suas finalidades podemos citar o artigo V, que chama a atenção para a função de “promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica” (BRASIL, 2009). O decreto de criação do

⁷Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela lei 378/37.

IBRAM reforça a função e responsabilidade dos museus no abrigo de seus acervos e cuidado com eles.

Em Minas Gerais, nas últimas décadas, incentivou-se a criação de museus municipais pela Secretaria de Estado da Cultura, sendo criadas instituições museológicas e/ou Casas de Cultura com a mesma finalidade em diversos municípios, como é o caso do Museu de Guimarães Rosa, em Cordisburgo; do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, em Paracatu; da Casa da Cultura e Museu Histórico do Alegre, em João Pinheiro, e do museu de Unai⁸, que apresentam características locais e regionais e a diversidade histórica e cultural da região.

As três últimas municipalidades fazem parte do Noroeste e são parte integrante dos 19 municípios que ocupam uma área de abrangência de 60.906,30 km²⁹ – por sua vez, diferentes de outras regiões do Estado de Minas Gerais. O processo de instalação, organização e trabalho com museus nesta região é uma realidade que tem acontecido a passos lentos. Ressalta-se ainda que neste vasto território há somente três museus – o que demonstra que muito ainda se deve trabalhar, pois nem todos os gestores municipais veem importância na criação de espaços museológicos como medida protetora da história, cultura, memória e identidade de sua região.

Museu de Paracatu

Paracatu é uma cidade setecentista que adquiriu grande importância no período colonial em decorrência da extração aurífera e influência na região. Cenário de grande beleza, tem atraído turistas dos estados brasileiros e de outras nacionalidades. Uma das atrações turísticas da cidade é o Museu de Paracatu, que foi inaugurado e aberto ao público pelo Prefeito Almir Paraca Cristóvão Cardoso, em 30 de junho de 2000; porém a base legal do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa foi criada pelo decreto nº 4926 de 02 de maio de 2016, iniciativa da gestão do prefeito municipal Olavo Remígio Condé, com base no artigo 86, inciso 5º, da lei orgânica municipal. No seu artigo primeiro, decretou a criação do museu vinculando-o a Fundação Municipal Casa de Cultura.

⁸ O Museu Municipal Histórico e Cultural de Unai - Maria Torres Gonçalves foi edificado no dia 03 de julho de 2008. Seu objetivo principal é trabalhar a preservação da memória e seu patrimônio cultural voltado para a história de seus moradores. Informação obtida em visita de pesquisa de terreno.

⁹ Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

Segundo dados do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paracatu (2008), a Fundação Municipal Casa da Cultura foi criada em 29 de junho de 1993, pela Lei 1891/03. Esta instituição é uma importante edificação do início século XX, com características coloniais, localizada a Rua do Ávila no Centro Histórico da cidade.

O Museu, vinculado à Fundação Casa de Cultura, conforme anteriormente mencionado, foi instalado em sede própria¹⁰ localizada no Núcleo Histórico¹¹, com grande importância no contexto histórico e turístico local e regional. Trata-se de um dos locais mais visitados na cidade, por guardar características do período colonial. De acordo com dados obtidos no Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paracatu (2008), o Museu Histórico é uma edificação de 1903, tendo sido responsáveis pela construção Christino Pimentel Ulhôa e Sérgio Gonçalves Ulhôa. Anteriormente, o local abrigou o Mercado Municipal e, com a extinção do mesmo, passou por processo de restauro, sendo inaugurado em 30 de junho de 2000, nos moldes atuais; porém, a Lei de sua criação aconteceu somente no ano de 2013.

Com base no regimento interno, artigo 2º, sua missão é “promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural, com ênfase na sua história e memória, através da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob a guarda desta instituição; fomentando ações como agente transformador social”.

No artigo 4º, apresenta sua finalidade e competência atribuindo ao Museu Histórico o papel de “preservar testemunhos históricos da cidade, cabendo a ele adquirir, identificar, pesquisar, guardar e divulgar esses bens culturais”. Faz parte do seu acervo bens móveis, mobiliário e equipamentos, sendo o acervo museológico composto de coleções históricas, peças arqueológicas e fotografias as quais são inventariadas e ficam em exposição permanente no museu.

O regimento interno que determina a competência do Museu, propósitos, objetivos, composição da diretoria e formas de manutenção, faz menção ao seu papel na organização e exposição permanente de objetos que representem a diversidade de Paracatu em seus diversos aspectos, seja cultural, social étnica, política, econômica ou religiosa. Percebemos a relevância desse item, uma vez que trabalhar com a diversidade cultural simboliza enfrentar o desafio de percepção e entendimento das diferenças e usá-las em prol do exercício da cidadania e crescimento da sociedade como um todo.

¹⁰Localiza-se a rua Joaquim da Silva Pereira, nº 398. Trata-se de um patrimônio protegido por meio do tombamento pelo IPHAN, através do Processo Federal nº 1592/2010. Recebe também proteção por meio da Lei Municipal nº 2636 de 26 de janeiro de 2007.

¹¹Tombado pelo IPHAN por sua importância histórica, cultural, arquitetônica.

A articulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento é um dos grandes desafios na construção/reconstrução da identidade local. De acordo com a comunidade internacional reunida na Conferência do México, já antes mencionada, evento por meio do qual se lavrou a Declaração do México, a identidade cultural é:

Uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (IPHAN, 2019).

O regimento interno do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa atribui à instituição também competências de organizar exposições temporárias ou temáticas, devendo ser seu papel integrar-se à comunidade, buscando despertar interesse pelo conhecimento da história local.

Ele é administrado por um diretor indicado pelo gestor municipal e assessorado por um Conselho Consultivo¹². Conforme previsto pelo art. 14 “os recursos financeiros destinados ao museu são oriundos da Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu, Secretaria de Cultura e FUMPAC¹³, recursos próprios e outras fontes”.

No que tange aos aspectos arquitetônicos, a edificação de estilo colonial encontra-se em um terreno de declive. O acesso ocorre pela entrada principal, através de uma porta de madeira que divide as dez janelas do edifício, que podem ser comparadas nas imagens abaixo.



Figura 1: Foto da edificação do mercado municipal construído em 1903. **Fonte:** Acervo do Arquivo Público. Municipal Michael Olímpio Gonzaga. **Figura 2:** Imagem contemporânea da mesma edificação onde abriga o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa. **Fonte:** Acervo dos pesquisadores, 2019.

¹² Composto por cinco membros com mandato de quatro os membros são voluntários.

¹³ Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Paracatu, criado pela Lei nº 2814, de 23 de setembro de 2010.

Nas imagens acima, visualizamos o mesmo edifício em temporalidades diferentes, atendendo a propósitos distintos. Por meio deste recurso visual, podemos comparar mudanças que ocorreram na construção e em seu entorno, como reflexo da evolução urbana da cidade, o que podemos perceber de maneira clara na fachada do museu:



Figura 3: Imagem que apresentam mudanças mais definidas na arquitetura. **Fonte:** Acervo dos pesquisadores, 2019.

No restauro, foi preservada a característica do telhado, acentuando a diminuição das portas. A única em madeira, hoje, possui duas folhas, sendo a parte superior em estilo treliça, e a inferior em almofada. Ao contrário, as janelas aumentaram para dez, sendo acrescido em sua estrutura o modelo guilhotina com vidraçaria, que não existia anteriormente.

Por ser terreno de geografia rebaixada, a construção foi erguida sobre um porão, aterrado no período em que ocorreu o restauro. Em relação aos materiais construtivos, sua estrutura é de madeira, com vedações em taipa e tijolos. A cobertura possui quatro telhados com telhas de cerâmica. Todo o interior da construção é revestido de forro no estilo esteira com material de bambu¹⁴ em formato quadriculado.

As condições de forma geral da edificação são boas, possibilitando o bom funcionamento da instituição museológica, facilitando o acesso e circulação das pessoas na parte interna e externa, permitindo disposição de espaços livres para realização de projetos educativos, visitas guiadas, oficinas e apresentações artísticas.

¹⁴ Arbusto muito encontrado na região, utilizado para fazer balaios, cercas de quintais, rede para crianças, e forro, nas casas de pessoas mais abastadas.

Para facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, foi construída uma rampa que dá acesso à porta de entrada do museu, que se estende no mesmo alinhamento da mesma base do piso e sem presença de graus por todo espaço museológico. Nesse sentido, ressaltamos duas questões importantes: primeiro, o museu é composto por uma escada com corrimão duplo em madeira, que permite acesso ao ambiente de baixo, local com espaço de jardinagem, onde são também realizadas peças teatrais. Esse espaço não é acessível a pessoas com mobilidade reduzida, por isso, quando acontece algum evento na parte de baixo, essas pessoas veem da parte de cima. Segundo o piso original desta edificação era de tábua corrida; porém, no período do restauro foi substituído por tijoletas vermelhas¹⁵.

A instituição atende gratuitamente a um público alvo composto por escolas e excursões, sendo as visitas, individualizadas e coletivas, realizadas através de visitas guiadas nos seguintes horários: segunda a sexta-feira, nos horários de 08h às 18h, sábado e domingo, de 09 h às 15h, comportando um número máximo de 98 visitantes por vez.

Em pesquisa de terreno, foi possível observarmos que, em relação aos projetos desenvolvidos, a instituição participa todos os anos na “Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus”. A Semana Nacional de Museus é uma temporada cultural que acontece todo ano em comemoração ao “Dia Internacional de Museus”, que ocorre no dia 18 de maio. A participação das instituições museológicas brasileiras ocorre mediante convite do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que desenvolve uma programação especial para essa data. A socialização das experiências das instituições que participam da programação, de acordo com a pesquisa realizada, tem demonstrado alcançar importantes resultados, o que podemos notar com a participação do Museu de Paracatu nesta programação.

A cada inserção dos funcionários neste evento há um reavaliar do trabalho do gestor e dos funcionários, que procuram definir novos critérios de atendimento ao público – o que conseqüentemente tem demonstrado maior participação de visitas, e envolvimento da comunidade local, gerando fortalecimento de sua imagem.

A *Primavera dos Museus*, também coordenada pelo órgão citado, é uma ação anual, com duração de uma semana, cujo objetivo é mobilizar os museus brasileiros a elaborarem programações especiais, cujas finalidades sejam voltadas para o tema central proposto pela instituição. Em relação ao arquivo, pode-se analisar, por meio do acervo fotográfico, projetos e oficinas executadas, resultado das ações desenvolvidas em parceria entre o Museu e escolas públicas e privadas locais.

¹⁵ Nome dado ao piso feito de argila queimada em forno.

Retomando a reflexão em relação à edificação, no plano de ocupação do espaço, o museu é composto por recepção e locais de exposição permanente sendo:

SALA 01 - Tropeiros; SALA 02 - Garimpo; SALA 03 - Tecelagem / Religiosidade / Comércio; SALA 04 - Cinema; SALA 05 - Instrumentos Musicais e Farmácia; SALA 06 - Escritório, e SALA 07 - Galeria de Fotos. Há também uma varanda, que acompanha toda a estrutura em telhado único da parte interior; uma cantina; dois banheiros (um feminino e um masculino), e dois porões, que abrigam a Reserva Técnica.

Em relação à fase inicial de implantação do museu, período em que a instituição iniciou o recebimento de objetos recorda umas das funcionárias¹⁶:

A maior dificuldade do museu foi quando ele foi montado: tudo o que chegava, os funcionários recebiam, até litro de açafrão tinha aqui. A maioria dos objetos não possui termo de doação; desta forma, não se sabe quem doou muitas peças. Noventa por cento do material foi doado e as pessoas achavam que aqui era um depósito de coisas velhas. Mas a maioria das peças é de Oliveira Mello, ele ajudou a montar o museu (entrevista concedida em 10 de outubro de 2019).

Em seu relato, podemos perceber que não havia inicialmente conhecimento, por parte de quem trabalhava nos anos de 2000, do que receber para compor o acervo museológico. Os funcionários que iniciaram o funcionamento do museu não eram capacitados e treinados para saberem qual tipo de objeto a receber, e recebiam o que a comunidade doava. Essa dificuldade pode ser percebida no relato da doação de um vidro de açafrão, material perecível utilizado como tempero de cozinha. Outro fator importante é a afirmação da narradora quando diz que para a sociedade local o museu era depósito de objetos velhos, sem utilidade.

Esta realidade na região é muito comum: informação semelhante foi concedida pela historiadora Giselda Shirley da Silva, responsável pela Casa da Cultura, inaugurada em dezembro de 2006 com o nome, Geralda de Campos Valadares. No ano de 2009, criou-se o Museu do Alegre, vinculado a esta mesma Casa. Segundo Giselda:

O Museu Histórico do Alegre foi legalmente criado em 2011 através do decreto 735/2011. Todavia, com a criação da Casa da Cultura em 2006, iniciou-se um trabalho junto com a comunidade pinheirense para que fossem doados objetos que retratassem a história local. Desta maneira, foi sendo adquiridos diversos objetos que ficaram sob a guarda desta instituição. Com este acervo museológico, tornou-se necessário a criação do museu que ainda permanece ligado à Casa da Cultura (entrevista concedida em 10 de outubro de 2019).

¹⁶ A pessoa entrevistada é funcionária do município e uma das responsáveis por acompanhar os visitantes quando os guias de educação patrimonial não estão presentes. Por questão de ética na pesquisa, o nome da entrevistada foi mantido em sigilo.

Conforme informação da historiadora, não há separação entre a Casa da Cultura e Museu do Alegre, abrigando a mesma edificação as duas instituições. A entrevistada relata também que inicialmente eram recebidas doações de qualquer objeto não perecível, mas que fizesse parte da história da sociedade local, não havendo inicialmente critérios de seleção. Mais tarde, atentaram para adoção da natureza de dois documentos: o primeiro, um termo de entrega do objeto no ato do repasse; o segundo, um termo de concessão de empréstimo.

Em Paracatu, com o passar do tempo, a equipe de funcionários ganhou experiência com os trabalhos desenvolvidos e sentiu necessidade de adotar critérios de seleção para receber objetos, atentando para a realidade local e regional, procurando construir uma proposta de difusão da cultura local como instrumentos políticos pedagógicos. De acordo com informações obtidas através dos funcionários, eles não aceitam mais qualquer doação, mas levam em consideração a existência de objetos que já possuem e quando recebem novos objetos, estes já passaram por avaliação técnica.

Nas lembranças, elucidaram que muitos objetos que fazem parte do acervo museológico possuem lacunas em decorrência de não saberem contar quem foram seus doadores e que características históricas possuem que possam ligar a história, memória e identidade local e regional, num acervo que possui atualmente (1120) mil cento e vinte peças.

MUSEU COMO ESPAÇO EDUCATIVO: Patrimônio e identidade

O papel educativo e comunitário dos museus exige a adoção de práticas que permitem políticas que possibilitam interação do público alvo; suas ações educativas correspondem ao eixo de interação entre instituição e público alvo durante o período investigado, apontando para ações educativas ampliadas, dirigindo-se para um público cada vez mais diversificado. Suas diretrizes voltadas para a política cultural procuram aprimorar e fortalecer a função sociocultural de uma pedagogia em condição de manter história, memória e identidade local.

Neste sentido, o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, por se tratar de um museu localizado numa cidade do período colonial, que envolveu atividade de mineração voltada para a escravidão negra, implica que o trabalho de educação patrimonial seja realizado, levando em consideração desde o estilo arquitetônico aos objetos expostos, propiciando ações reflexivas entre questões que diferenciam a sociedade branca da negra, geradora de processos que deram a formação inicial do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, posteriormente elevada à vila e depois à cidade.

Bittencourt, ao escrever sobre o ensino de História, fundamentos e métodos, afirmou que: “Objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos, e crenças de nossos antepassados” (2008, p. 353). Na sua percepção, o papel educativo dos museus é relevante para atividades educativas dessa natureza, pois propicia a relação com a história, tornando-se um espaço privilegiado para a realização de projetos de educação patrimonial.

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e para quem é preservado (BITTENCOURT, 2008, p. 277).

Nesse sentido, a educação patrimonial realizada em lugares históricos e museus são importantes para despertar e fortalecer no aluno o gosto pela história e memória. Chama a atenção para o trabalho do professor e seu papel ao visitar um museu, devendo transformar os objetos em fonte de conhecimento histórico, bem como a forma como tem sido construída a memória social por meio das exposições museológicas.

Hirata escreveu que, para muitos docentes:

O museu assume uma função específica: o seu acervo ilustra, de maneira concreta, as aulas de história. Os artefatos se restringem, deste ponto de vista ao complemento ideal para o documento histórico por excelência, isto é, o texto (HIRATA, 1985, p. 12-13).

Refletindo também neste sentido, Bittencourt (2008) afirmou ainda que, o professor interessado em inserir o museu como recurso didático, precisa planejar o trabalho com antecedência, conhecer a Instituição com a qual vai trabalhar (avaliar anteriormente as exposições, saber da história da formação do acervo e informar-se sobre a proposta educativa que fundamenta as suas ações). A partir dessas informações, deve planejar a visita com a turma de alunos, reconhecendo o museu como o lugar de preservação e divulgação da memória; mas, para além desse papel, precisa ter ciência de que, no jogo das disputas institucionais, o museu também pode ser marcado pelo esquecimento, proposital ou não. Dessa forma, constitui-se como um espaço de construção e disputa de memórias.

Analisando especificamente o caso de Paracatu, procuramos observar que tipo de história o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa privilegia. Na pesquisa de terreno, observamos que este museu realiza trabalhos de educação patrimonial por meio de visitas guiadas, realizadas por meio de três Condutores Turísticos,

estagiários, todos cursando o ensino superior, ou funcionários efetivos que trabalham no Museu – portanto, nenhum formado em Museologia.

O atendimento à comunidade escolar e visitantes é realizado somente no turno da manhã e precisa ser agendado previamente. As visitas voltadas para a educação, atendem alunos da rede pública e privada, desde a educação infantil ao ensino superior. São realizadas também trabalhos voltados aos residentes da cidade sede, zona rural, integrantes de outros Estados e estrangeiros.

Analisando os 37 livros de assinaturas de aproximadamente 100 páginas cada um, nós nos deparamos com participação de estrangeiros, sendo eles do Canadá, Argentina, Espanha, Chile, Alemanha, África do Sul, Paraguai, Austrália, Japão, Estados Unidos Portugal e China. Abaixo, gráfico com relação de visitantes correspondentes ao ano 2013 a 2018.

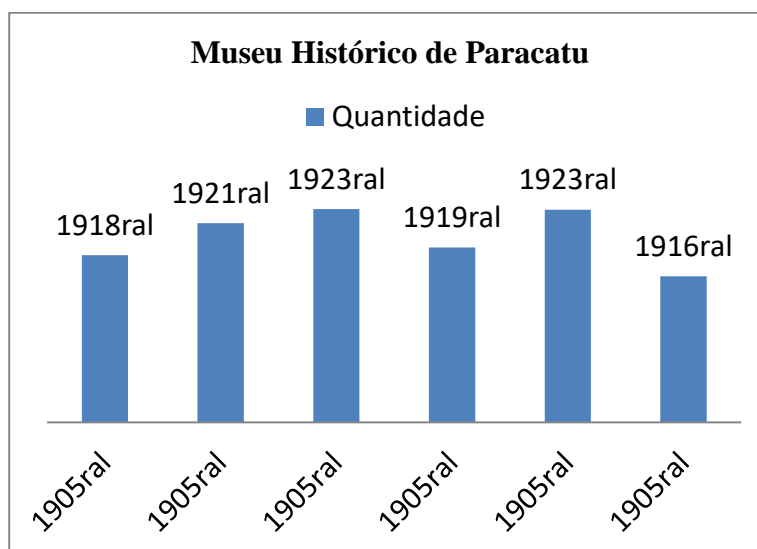


Gráfico 1: Relação de visitantes – 2013-2014. **Fonte:** Museu Histórico Municipal. Outubro 2019.

O gráfico nos permite compreender variações nos seis anos de documentação estudada. As informações são registros contidos nos livros de assinaturas de visitantes e fichas destinadas a comunidade escolar, possibilitando observarmos na documentação consultada, que os períodos de maior fluxo de visitas ocorrem nos meses de janeiro, maio, julho, agosto e dezembro, sendo que o museu é menos frequentado em fevereiro e março.

Nas colunas apresentadas, notamos variações nas participações com aumento entre os anos de 2013 a 2015; porém, no ano subsequente, acontece um declínio, voltando a demonstrar aumento de participação em 2017. Em 2018, há uma queda significativa na

participação em decorrência de o museu ter passado por um processo de restauro, ficando fechada à visitação.

Em relação à participação das escolas municipais, estaduais, privadas e ensino superior, analisamos as fichas preenchidas pelos professores, o que permitiu encontrar a seguinte constatação, apresentada em ordem de participação: a presença da Educação Básica no espaço museológico alcança o primeiro lugar, com maior participação do Ensino Fundamental I e II e, logo após, do Ensino Médio; o Ensino Superior aparece em última posição. Esta verificação nos deixou surpresos, pois a cidade tem diversas instituições de ensino superior.

Para o trabalho com educação patrimonial, a instituição tem uma política de preenchimento de ficha para cada escola que a visita, e é através desta que são realizados os relatórios mensais e anuais.

A adoção de critérios como as fichas que devem ser preenchidas anteriormente ao trabalho de educação patrimonial torna a ação mais proveitosa, oferecendo, no espaço museológico, um local que possibilite dinamizar as atividades propostas. É por meio desta organização que a instituição avalia através das fichas os pontos fortes e frágeis do trabalho desenvolvido, adotando políticas que propiciam ao público melhores condições para participar. Para uma cidade no sertão das Gerais, em que poucos trabalhos com museus são desenvolvidos, os números apontados são significativos.

Conforme informações dos funcionários, a atividade com o público diversificado que eles receberam foi oportuna para que eles demonstrassem no acervo a diversidade cultural da cidade e região, dando oportunidade às pessoas envolvidas de conhecer e interagir com o processo de formação e reapropriação da malha urbana local e regional. Outro aspecto que podemos perceber é que o desempenho das atividades que são desenvolvidas permite que sejam realizadas avaliações, indicando quais pontos devem ser melhorados. De acordo com Santos (2008), fatores como estes possibilitam as reconstruções de histórias, contam sobre a história de vida dos moradores da cidade e fazem a junção entre museu e sociedade, tornando este trabalho uma prática social.

As atividades propostas desempenham funções pedagógicas, interagindo com a realidade histórica local e da região e contribuindo para a divulgação da memória e do patrimônio cultural. Neste sentido, Bittencourt (2008, p. 356) afirmou que o “papel educativo dos museus tem proporcionado práticas educativas diversas”, colaborando com a mediação do conhecimento da história e cultura.

Percebemos nestas reflexões a importância da divulgação do patrimônio local como forma de mediar o conhecimento e conferir o estatuto da identidade de cada lugar ou lugares, fruto do interesse do profissional, seja ele, professor, guia turístico ou educador patrimonial. Conforme afirmou Marta¹⁷:

Anteriormente, a visita guiada era realizada por uma pessoa contratada pela prefeitura. Este contrato era feito por quem se interessasse pelo cargo. Para isto o interessado deveria deixar seus documentos na Casa da Cultura, local onde era feita a escolha deste funcionário. Hoje, é realizado por processo seletivo, sendo o funcionário remunerado pelo município (entrevista concedida em 03/10/2019).

Como apontado pela narradora, anteriormente não havia uma preocupação voltada para critérios que justificassem o cargo e sua importância, bastando haver apenas interesse de pessoas que almejassem o cargo. Notamos, neste sentido, que a transição de funcionários é um dos fatores que dificultou, como refletimos anteriormente, o processo de montagem do acervo. A mudança dessa postura, a partir do processo seletivo, trouxe novas configurações para o trabalho que tem sido desenvolvido. Em outra perspectiva, os olhares lançados e o discurso de afirmação do profissional que trabalha nesta modalidade, legitima sua crença, criando novos seguidores. Sabemos que o processo de contar história é fruto de escolhas, um professor de história, um guia turístico, um educador patrimonial ou um historiador não conta toda a História, mas é extremamente importante sua atuação, porque traz a contribuição do seu modo de ver e pensar sobre ela, cabendo a outros trazer novas contribuições, seja na forma de representar ou trabalhar com a realidade.

Uma das estratégias utilizadas para compreender como os frequentadores do museu repassam o conhecimento obtido foi através da apreciação dos relatórios confeccionados por acadêmicos do Curso de História, após estes participarem da visita guiada.



Figura 4: Visita guiada com alunos do curso de História no

¹⁷ Pseudônimo atribuído para garantir anonimato da narradora.

Foi proposto a eles pelos pesquisadores e professores a escrita de um relatório individual, em que indicassem se conheciam o museu, sua finalidade, se já haviam participado de visitas guiadas anteriormente e, por fim, a experiência adquirida com a atividade.

Analisamos 30 desses relatórios confeccionados por alunos do 3º e 4º períodos do curso de História, acompanhados pelos professores que ministraram as disciplinas de PPHI, Prática Pedagógica em História I, e PPHII, Prática Pedagógica em História II¹⁸. As respostas indicaram satisfação da maioria dos acadêmicos em conhecer o museu. Por serem alunos que residem em diversos municípios do Noroeste de Minas, em sua maioria, mencionaram não conhecer museus e expressaram admiração pelos objetos do acervo nele exposto.

Outro ponto comum na redação dos textos foram as descrições das experiências da visita como algo positivo: alguns destes já atuam como professores e, com este conhecimento, passaram a trabalhar com seus alunos da Educação Básica em locais que lhes permitiam refletir dados históricos, ou passaram a instigar em sala de aula reflexões a partir de objetos como ferros a brasa, cutelo, tachos de cobre, arreios, bruacas, balanças antigas, panelas de ferro, potes, pilão, teares, barril de pinga, roda de fiar, carda, gamelas de cobre, oratórios, camas antigas e baú, estabelecendo relação entre a cultura local e regional.

Neste sentido escreveu Greenhill.

A tarefa do educador de museus é a de ajudar o público a relacionar-se com esses objetos e atividades a partir do seu próprio ponto de vista, a de auxiliar no estabelecimento de uma relação entre o conhecimento prévio do aprendiz e o que pode ser gerado a partir da experiência no museu: é ser um mediador (GREENHILL, 1983, p. 8-9).

Notamos, desta maneira, um elo circular de significados geradores do processo de emissão e recepção, que caracteriza o conhecimento numa dimensão interpretativa seja no espaço do museu ou sala de aula.

Abaixo, a narrativa do docente que coordenou o trabalho:

A visita ao Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga foi realizada através de um projeto realizado em parceria com outro professor do curso de História. A visita teve como objetivo levar os acadêmicos a conhecerem sua finalidade enquanto obra arquitetônica e os

¹⁸Esta documentação nos foi concedida pela coordenadora do curso de História da Faculdade CABRÁLIA. Nome fictício para preservar o anonimato da instituição.

objetos lá expostos. Desse modo, antes de adentrar ao local, foi feita uma análise do espaço geográfico de sua construção, estilo arquitetônico e tipo dos materiais. No espaço interno, os alunos foram instigados a refletir sobre a finalidade de cada sala a partir de suas temáticas, composta por objetos que datam dos séculos XVIII ao XX. Nas intervenções dos acadêmicos durante as visitas, foi possível perceber a importância de se trabalhar a Educação Patrimonial, uma vez que alguns dos acadêmicos moram em Paracatu e relataram que, embora seja o cotidiano deles passar quase sempre por este local, não se viam seduzidos a entrarem e conhecer o museu. Alegaram pensar que aquelas eram curiosidades de outras áreas, como da arquitetura (professor 1; entrevista concedida em 10/10/2019.)

O professor mencionou ainda que, segundo os alunos, a visita proporcionou amadurecimento e inquietações, pois a partir deste contato passaram a se interessar por museus como locais que possibilitam trabalhar a História local através de objetos ali expostos, como parte integrante da história e memória de uma sociedade que constrói e reconstrói seus espaços, remodelando a paisagem urbana numa prática contínua do fazer histórico.

Na leitura dos 30 relatórios dos acadêmicos, procuramos observar se havia ênfase na escrita voltada a alguma das salas, como algo que provocasse ou chamasse atenção dos mesmos, pois intencionamos nesta leitura compreender que tipo de história privilegia o museu, ponto sobre o qual argumentamos anteriormente.

Por meio dos relatórios, foi possível observarmos que os ambientes que mais chamaram a atenção dos acadêmicos foram as salas onde está representado o ciclo do ouro e dos tropeiros, por abrigar objetos que fazem parte do ciclo de povoamento e da mineração. Nelas, há objetos que eram utilizados pelos escravos datados do século XVIII. Essa realidade foi também detectada nos relatórios do museu.

Alguns acadêmicos citaram como curiosidades ferramentas de trabalhos utilizadas pelos escravos, as quais não conheciam, como vira-mundo, coleiras, algemas, almocafre – utilizada para cavar barrancos na beira de córregos e praias –, correntes para prender pés e mãos dos escravos, balanças e pesos denominados de onças – muito utilizadas pelos moradores locais para comercializar ouro –, enxada adaptada para remover cascalho e caixote – por onde se lavava o cascalho para remover o ouro.

Do ponto de vista das experiências citadas acima e de acordo com um dos organizadores do museu, Lavoisier Wagner Albernaz¹⁹, temos que:

¹⁹ Cineasta e memorialista.

É notório que de todas as salas que compõem o museu, duas delas chamam maior atenção do público por se tratarem do ciclo de povoamento, sendo elas, a sala dos tropeiros e a da mineração. Desde a criação do museu estas salas chamam mais atenção por se tratarem de questões que envolvem a formação do Arraial de São Luiz e Sant'anna das Minas do Paracatu e seus moradores. Suas temáticas expressam nos objetos o cotidiano e trabalho (entrevista concedida em 10/10/2019).

A partir da entrevista, observamos que através dos objetos que compõem o acervo museológico e no contar a história por meio deles, memória e lembranças tecem fios de significados, dando-nos a perceber, como escreveu Bosi (1998), que lembranças puxam lembranças no refazer contínuo e concordando com Alberti (2004) que “As produções humanas exprimem a vivência e cabe ao hermenêuta compreender essas expressões, de tal forma que a compreensão seja o mesmo que tornar a vivenciar”. Foi desse modo que percebemos o envolvimento do narrador ligando história e memória aos objetos, tornando o momento da escuta um diálogo intercultural, experiências partilhadas de sua vivência e da memória de seus avôs, nutrindo a seiva memorável de acontecimentos do passado.

Considerações finais

O árduo processo de pesquisar faz com que nos deparemos, muitas vezes, com dificuldades, mas é preciso que os pesquisadores, imbuídos do seu papel, estabeleçam como meta ir além do que já foi dito.

Esta pesquisa nos possibilitou perceber aspectos essenciais, relacionados ao conceito de museu detendo nossa análise mais específica no Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa situado na cidade de Paracatu – MG, uma das três únicas instituições museológicas existentes na imensa área do Noroeste de Minas (apenas nas cidades de Paracatu, João Pinheiro e Unaí).

Procuramos compreender/analisar as maneiras como neste espaço museológico o trabalho educativo exerce influência da identidade local e regional, sendo importantes na valorização, proteção e divulgação do patrimônio cultural.

Observamos que patrimônio cultural, museu e história são fundamentais na constituição da identidade, porém são também espaços de poder, lembrança e esquecimento. O patrimônio cultural, assim como os museus, possui um caráter seletivo, sendo também espaço de debate, disputas, seleção do que vai ser lembrado e também, esquecido. Nesse sentido, D'Aléssio (2012, p. 89) afirmou que “lembrança e esquecimento são partes de um mesmo todo”.

Nessa perspectiva, notamos no ir e vir da pesquisa que as salas que representam tropeiros e garimpeiros do museu pesquisado despertam maior atenção do público por estarem diretamente relacionadas ao surgimento de Paracatu.

Outra questão importante a partir dos dados coletados que nos fizeram repensar a responsabilidade dos professores nos cursos de licenciaturas é o baixo índice de presença dos mesmos no museu pesquisado, sendo apontados como o menor percentual de presença nos relatórios arquivados.

Em relação às problemáticas e objetivo, alcançamos o propósito desta pesquisa entrelaçando pesquisa documental, bibliográfica e de campo, mas certos de que nossos esforços não param por aqui.

Ao assumirmos nossos posicionamentos, detectamos que o mundo factível da escrita do historiador e sua narrativa está intimamente ligada a sua maneira de ver e sentir o mundo do qual ele faz parte e escrever sobre história é palmear sobre um determinado lugar. Nesta perspectiva, no direcionamento da compreensão do significado do museu como locais de memória, percebemos que existe um partilhar de sentidos que são reproduzidos, definindo esta instituição museológica como mediadora da cultura, memória e identidade local.

Nestas palavras finais, inspiramo-nos no texto da historiadora Conde (2017), em que homenageia o acervo documental da Biblioteca Pública de Évora, local de sua pesquisa. Com esta sensibilidade, ela demonstra ser o local, o ponto de convergência entre memória, história e identidade. Nessa perspectiva de reconhecimento, rendemos também tributos ao Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, lugar de significados e tendências, como apontados pela historiadora.

Referências

- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. (2008) **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. Cortes Editora, São Paulo.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp> . Acessado em 06 de janeiro de 2020.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

CASTRIOTA, L. B. A questão da tradição: algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional. **Forum patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br>>. Acesso em 22 de outubro de 2019.

CERTAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CONDE, A. M. F. Évora e os manuscritos iluminados da biblioteca pública de Évora. In: _____ (Coord.). **Lux. anima: iluminuras na biblioteca de Évora**. Lisboa: Althum.com, 2017.

D'ALESSIO, M. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. In: CHUVA, M. (Coord.). **História e Patrimônio** – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, 2012 (IPHAN).

DANTAS, R. M. M. C. Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional. In: ANDRADE, A. R. P. (Org.). **Guia de visitação ao museu nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.

FRONZA-MARTINS, A. S. **Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

GREENHILL, E. H. Alguns pontos básicos sobre educação em museus. Tradução Maria Lourdes Parreira Horta. **Museums Journal**, 1983.

HIRATA, Elaine Veloso. **Relato de experiências educativas do MAE: 1981-1982**. Dédalo, São Paulo, nº 24, p 11-2, 1985.

HUNT, L. **Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração do México**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

MAGALHÃES, O. **Concepções de história e de ensino da história: um estudo no Alentejo**. Edições Colibri, 2002.

MOISÉS, J. A. Os efeitos das leis de incentivo In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

NEVES, G. P. das. **Do império luso-brasileiro ao império do Brasil 1789- 1822**. Lisboa: Ler História, 1995.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, Iphan: 2012.

SANTOS, M. C. T. M. Museus e educação: conceitos e métodos. In: OLIVEIRA, C. M. R. (Coord.). **Encontros Museológicos**: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, M. C. T. M. Projeto museológico. **Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável**. Macapá, 2000.

SILY, P. R. M. **Casa de ciência, casa de educação**: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.